

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0021637828/2024 - SEPUR.UPL.APE

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Criar um parque linear urbano às margens do Rio Cachoeira formando um eixo de animação que conecte pessoas, lazer, cultura, história e natureza, resgatando sua identidade e seu papel significativo para a cidade.

O Parque encontra-se no centro da cidade, próximo ao Mercado Municipal de Joinville, região já consolidada como atrativo ao lazer e cultura. A pretensão é incrementar a região, com passeios acessíveis, paisagismo, mobiliário urbano, iluminação pública e pavimentação, estabelecendo uma relação mais ativa com o rio.

O Parque Porto Cachoeira - Setor Cais contemplará a reurbanização da área do mercado e de uma futura estrutura de apoio náutico, conectando com as demais ações de mesma vocação implementadas na cidade.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A presente contratação está prevista no PPA - Plano Plurianual 2022-2025, conforme processo SEI nº 22.0.296842-8.

O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

Assim, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

A empresa a ser contratada deverá ter experiência e apresentar capacidade técnica em executar obras que contemplem piso em concreto armado e pavimentação asfáltica. Para a concretização do projeto se faz necessário que a contratada possua expertise tanto na área de construção civil quanto em piso em concreto armado e pavimentação asfáltica. Para tanto, se faz necessário que a Contratada possua profissionais com experiência nas técnicas construtivas, sob pena de execução inadequada e/ou atraso na obra por sucessivos reparos e acidentes.

Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo.

- Pode ser contratado consórcio entre empresas;
- Pode ser realizado a subcontratação dos serviços de implantação de equipamentos, mobiliários urbanos-

Ainda, para a obra essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

- a. garantia adicional para o caso do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021;
- b. garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 5%.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se todos os projetos executivos e seus memoriais.

De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados os estudos preliminares de embasaram o desenvolvimento dos projetos executivos.

A obra do Parque Porto Cachoeira - Setor Cais está compreendida entre a rua Ricardo Stamm Gomes e a rua Santos contemplando uma área de 12.769,66 m², sendo 4.395,50 m² passeio público, 620,50 m² de paisagismo e 3.488,20 m² de pavimentação asfáltica.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Em pesquisa de campo pela equipe técnica, restou constatado que o mercado atua para fins de construção deste porte e complexidade por meio de construtoras (construção civil/empreiteiras) conjuntamente com a contratação das empresas especializadas em serralheria e artefatos de concreto (mobiliários urbanos).

No entanto, poder-se-ia de antemão, cogitar a hipótese de indicar como escopo que a contratada “principal” fosse empresa com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de serralheria e/ou artefatos de concreto (mobiliários urbanos). No entanto, não é praxe de mercado que tais empresas atuem no ramo da construção civil, o que poderia vir a comprometer o sucesso do empreendimento, no sentido de que, muito embora se possa possibilitar a subcontratação, tais empresas podem eventualmente não possuir o atestado de capacidade técnica, bem como o responsável técnico para a obra como um todo, podendo ocorrer licitação deserta/fracassada.

Por outro lado, as empresas do ramo da construção civil atuam no ramo de edificações e infraestrutura urbana, possuindo a expertise necessária para a execução do empreendimento, bem como atestados de capacidade técnica.

Tal constatação por parte da equipe técnica decorreu de pesquisa junto às empresas locais que atuam no ramo de construção civil, de serralheria e artefatos de concreto, restando claro que para a execução e conclusão da obra, se faz necessário o atendimento das seguintes premissas.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando que os elementos

ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de execução de obras em piso em concreto armado, admitindo subcontratação de elementos como serralheria e artefatos de concreto (mobiliários urbanos) e pavimentação asfáltica. Após análises técnicas, os métodos construtivos adotados para a obra em questão são métodos convencionais já utilizados nas obras da cidade de Joinville, visualizando o atendimento a mão de obra local especializada e materiais disponíveis no mercado, pois foi analisado na solução técnica o impacto na produtividade e prazo de execução da obra.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, estarão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 4.979.474,16.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de execução de obras em piso em concreto armado.

Definido o objeto da contratação, como um parque linear que conecte pessoas, lazer, cultura, história e natureza atendendo sobretudo a acessibilidade, o projeto para a execução foi pautado nos conceitos de baixa e fácil manutenção, optando por materiais comuns, de baixo custo e alta oferta no mercado local, como passeios em concreto armado e pavimentação asfáltica, iluminação em led com baixo consumo de energia elétrica, e mobiliário padrão em concreto e metálico, com alta durabilidade e resistência ao vandalismo.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O processo de contratação deverá se realizar por uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto.

A obra é composta de serviços diversos como: concreto armado, pavimentação asfáltica, sinalização, drenagem e mobiliário de concreto e metálico. Considerando que são muitas especificidades, para sua perfeita execução, deverão ser fornecidos por empresas especializadas.

Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, cujo regime de empreitada será o de execução indireta por preço unitário, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Estima-se com a presente contratação, a economicidade tanto no sentido de utilização de técnica construtiva, bem como o valor agregado de ser uma obra com finalidade turística, considerando que a cidade de Joinville foi colonizada por imigrantes que chegaram na cidade em embarcações que aportaram no Rio Cachoeira.

No âmbito do melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, informamos que o projeto visa métodos construtivos convencionais, já utilizados em vários outros contratos da Prefeitura, obtendo assim mão de obra especializada e materiais disponíveis na cidade de Joinville, não impactando na produtividade da obra e prazo de entrega.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Secretaria de Infraestrutura Urbana dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da contratação. Pode ainda, eventualmente solicitar auxílio dos demais profissionais técnicos das Secretarias de Pesquisa e Planejamento Urbano e Secretaria de Cultura e Turismo. Entende-se não haver necessidade de providências adicionais, visto que todos os processos obedecem às instruções normativas instituídas pela Administração Municipal.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

a. Impactos ambientais

A obra possui a respectiva Declaração de Atividade Não Constante - DANC, indicando que não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental.

Considerando a proximidade do rio, a contratada deverá tomar as devidas cautelas para evitar possíveis contaminações com os resíduos da construção civil.

b. Medidas mitigadoras

A obra não ocasionará impactos ambientais significativos, uma vez que, atualmente a via encontra-se consolidada. Com relação a reciclagem de bens e refugos, temos como previsão a reutilização do material fresado pelas Unidades Regionais de Obras, na estruturação provisória de vias não pavimentadas.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução

Para este projeto foi realizado a Matriz de Risco, conforme SEI nº 0019806023





Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Atende	Não atende	Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?			Não se aplica. Exigência obrigatório para o Exercício 2024 (Iart. 9º da IN 04/2022)
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. A solução consiste em criar um parque linear em área já consolidada no segmento de cultura e lazer, impulsionando atividades econômicas, principalmente no segmento gastronômico, e para sua execução, contratar uma empresa com experiência em obras de piso em concreto armado e pavimentação asfáltica, com mão de obra disponível, mas que subcontrate empresas especializadas em elementos como serralheria e artefatos de concreto (mobiliários urbanos). As soluções técnicas adotadas vêm atender tanto às necessidades de acessibilidade quanto ambientais.

		Documento assinado eletronicamente por Rafael Felipe de Oliveira, Coordenador(a) , em 14/06/2024, às 11:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Gabriel Esteves Ribeiro, Gerente , em 14/06/2024, às 13:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021637828** e o código CRC **0AB80311**.

